

**RE no AgRg no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 159.231 - MT
(2018/0150054-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : GERALDO MARTINS DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 20, III, e 109, I e IV, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PESCA PREDATÓRIA EM RIO QUE BANHA MAIS DE UM ESTADO DA FEDERAÇÃO. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO. JUSTIÇA FEDERAL X JUSTIÇA ESTADUAL. ALEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO ADMITIDO.**

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 565):

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME AMBIENTAL. PESCA PREDATÓRIA. RIO QUE BANHA MAIS DE UM ESTADO DA FEDERAÇÃO. AUSÊNCIA DE LESÃO A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO. PREJUÍZO LOCAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A competência para a preservação do meio ambiente é matéria comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 23, VI e VII, da Constituição Federal.

2. Conforme a jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal de Justiça, para atrair a competência da Justiça Federal é necessário que os danos ambientais produzidos pela prática de pesca predatória tenham repercutido para além do local em que supostamente praticada.

3. No caso, apesar da pesca predatória ter ocorrido em rio que banha dois Estados da Federação (Mato Grosso e Pará), não ficou demonstrado que o delito tenha causado prejuízo à União, suas autarquias ou empresas públicas, razão pela qual deve ser reconhecida a competência da Justiça Estadual para o processamento do feito.

4. Agravo regimental desprovido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 572 a 584), sustenta o recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve violação aos arts. 20, III, e 109, I e IV, todos da Constituição Federal.

Destaca que "a controvérsia sobre a competência para o processo e

julgamento da ação penal por crime ambiental de pesca proibida em rio interestadual, bem da União, tem dado ensejo a discussões incidentais em inúmeras ações, podendo dar causa também a alegações de nulidade, tendo em conta a garantia de que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente (art. 5º, LIII, da CF)" (fl. 577).

Observa que, "recentemente, decisões monocráticas de Ministros integrantes da Segunda Turma do STF têm emprestado aos referidos dispositivos interpretação diversa da adotada no acórdão recorrido, para concluir que a prática do crime em rio interestadual (bem da União), atrai a incidência do art. 109, IV, da Constituição Federal" (fl. 578).

Ressalta que "o crime ocorreu em rio interestadual, bem que integra o patrimônio da União, nos termos do artigo 20, inciso III, da Constituição Federal" (fl. 578).

Aduz que "o entendimento de que, não havendo reflexos de âmbito regional ou nacional, a competência é da Justiça Estadual, como decidiu o STJ no caso em apreço, implica recusar à União à proteção de bem que lhe é próprio, independentemente da repercussão que o dano venha a alcançar" (fl. 578).

Alega que "a ofensa a bem da União é, por si só, fundamento suficiente para a caracterização de seu interesse em defendê-lo. Se da infração decorrem danos regionais ou nacionais, impõe-se maior reprovação, mas nem por isso deixa de subsistir o interesse da União Federal" (fl. 579).

Assere que "em matéria ambiental assegurar-se a possibilidade de que a União possa tutelar os seus bens, independentemente dos reflexos decorrentes da prática delituosa, justifica-se, ainda mais, pelo dever constitucional cometido a todos os entes federativos de proteger o meio ambiente" (fl. 580).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 597).

É o relatório.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, **admito o recurso extraordinário**, nos termos do art. 1.030, inciso V, alínea "a", do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
Vice-Presidente